

**RELATÓRIO
20
23**



SUMÁRIO

1	Carta da diretora Executiva	3
2	Nosso conselho	5
2.1	Carta da Presidenta do Conselho Deliberativo.....	6
2.2	Novo Mandato dos Conselheiros	8
2.3	Conselheiros	9
3	Cenário Brasil.....	11
3.1	Cenário do esforço nacional pela erradicação do trabalho escravo e infantil	12
3.2	Número de resgates por estado em 2023	13
4	Linha do tempo	16
4.1	A importância da Lista Suja.....	18
5	Os 10 compromissos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo	19
6	10 anos do InPACTO	21
7	Raio X do InPACTO	23
8	Índice de Vulnerabilidade InPACTO (IVI)	26
8.1	Objetivos do IVI.....	29
8.2	IVI Café	30
8.3	Os objetivos do Pacto Setorial Café	33
8.4	Raio X do setor do Café.....	34
9	Monitoramento	35
9.1	Exemplo que nos inspira: Aço Verde Brasil.....	37
9.2	Monitoramento 2022 - 2023	38
9.3	Empresas que participaram do monitoramento ...	39
9.4	Destaques do monitoramento	40
10	Representação institucional.....	42
10.1	Um Novo ODS	43
10.2	InPACTO mais perto das empresas	44
10.3	Capacitações e atividades formativas	45
10.4	Outros destaques	46
11	Um novo InPACTO	48
11.1	Comunicação	50
11.2	Sustentabilidade financeira.....	51
11.3	Sustentabilidade Institucional	52
12	Balanço financeiro	53
13	Expediente	54

CARTA DA DIRETORA-EXECUTIVA

Caro leitor,

O InPACTO completou uma década de existência em 2023 com uma história a ser celebrada. Somos fruto de uma mobilização coletiva da sociedade civil, de governos e dos setores produtivos, ancorada em uma ampla aliança pelo **fim do trabalho escravo e infantil e pela promoção do trabalho digno** em todas as cadeias produtivas do Brasil. Nascemos com a missão de dialogar, apoiar e monitorar a efetivação dos compromissos assumidos de forma voluntária por diversas empresas e associações no âmbito do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2005.

Nesse período, o Brasil avançou em vários aspectos e o InPACTO, ao lado de parceiros, auxiliou na construção de políticas públicas e no desenvolvimento de ferramentas de monitoramento fundamentais para desenharmos o futuro que queremos para o país.

A triste notícia é que o trabalho escravo e o trabalho infantil ainda é uma realidade. O trabalho escravo está em diversas cadeias

produtivas, no campo e nos centros urbanos, de norte a sul, em um contexto agravado pelo racismo e pelas desigualdades históricas que vivemos no Brasil.

Só no ano passado, foram mais de **3.190** pessoas resgatadas trabalhando em situações análogas à escravidão – maior número desde 2009. Entre 1995 e 2023, o Brasil teve mais de **60 mil** pessoas resgatadas do trabalho escravo, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, na maior parte, homens, pardos e pretos, com baixa escolaridade. Não garantiremos um desenvolvimento realmente sustentável e democrático enquanto não agirmos de forma concreta e definitiva pela erradicação dessas graves violações aos direitos humanos.

Apesar deste cenário, há esperança no nosso horizonte. O ano de 2023 também foi de restabelecimento de ações do governo federal e do Estado brasileiro para enfrentar essa realidade estarrecedora. Depois de anos marcados pela drástica redução do número de auditores fiscais do trabalho e de interrompimentos sistemáticos na divulgação da **"Lista Suja"**, temos de novo um Brasil mais

empenhado em erradicar o trabalho escravo. A partir dessa retomada, podemos fortalecer o **trabalho conjunto** nos eixos de prevenção, mitigação e reparação.

Internamente, o InPACTO também tomou fôlego para acompanhar a recuperação do país nesse tema. Acompanhamos ativamente os debates legislativos em torno dessa agenda e passamos a integrar a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Além disso, retomamos uma ampla articulação com atores relevantes do setor cafeeiro para a criação de um Pacto Setorial pela Sustentabilidade Social do café. Também trabalhamos intensamente na finalizamos e concepção do IVI – Índice de Vulnerabilidade InPACTO, que será uma importante ferramenta baseada na inteligência de dados para prevenir o trabalho escravo, infantil e para promoção do trabalho decente nas cadeias produtivas e nos municípios brasileiros.

Nada disso seria possível sem que olhássemos para dentro de casa. Por isso, 2023, também foi um ano de **transformações positivas** para o InPACTO, com a eleição do novo mandato do Conselho Deliberativo, a renovação de parte da equipe e a elaboração de um plano para dar sustentabilidade financeira à organização e aprimorar nossa gestão, bem como aprofundar a relação com nossos parceiros. Também foi meu primeiro ano na direção executiva dessa organização, que já tem chão, história e conquistas e que vem fortalecendo sua atuação, sempre pautada na promoção dos direitos humanos e do trabalho digno, em diálogo com toda a sociedade.

“Espero continuar trilhando o caminho do InPACTO ao lado de cada um de vocês.

Boa leitura!

MARINA FERRO
Diretora-executiva





NOSSO
CONSELHO

NOSSO CONSELHO



• **Lucilene Binsfeld**
Presidenta

Especialista em Gestão Pública pela UNISUL e em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela UNICAMP. É presidente do conselho deliberativo do InPACTO, diretora executiva do Instituto Observatório Social - IOS e diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS.

Caras associadas,

Erradicar o Trabalho escravo não é tarefa fácil, nem de poucos. É necessária ação conjunta dos mais diversos setores da sociedade para vencer a escravidão, que está em nosso meio há séculos. Muitos passos foram dados, mas ainda precisamos dar muitos outros tantos, ainda mais largos e mais fortes.

Ao apresentarmos o relatório anual do InPACTO, com nossos diálogos, iniciativas e ações concretas para o enfrentamento e erradicação do trabalho escravo, é importante resgatar como nasce nosso Instituto. Em 2005,

surge o Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo, pela iniciativa de quatro organizações – Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Ethos, Repórter Brasil e Instituto Observatório Social. Essa iniciativa criou os 10 compromissos centrais para a erradicação do trabalho análogo à escravidão em cadeias produtivas no Brasil. Esses compromissos, quase 20 anos depois, seguem sendo referência para o país.

Resultado da articulação dessas organizações com diversos setores da sociedade e empresas

NOSSO CONSELHO



de vários segmentos, o Pacto tem grande adesão. Após anos de trabalho, monitoramento, planos de ações e construções coletivas, em 2013 nasce o InPACTO - Instituto Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo, para dar continuidade e institucionalidade aos compromissos assumidos no Pacto Nacional.

Como Instituto, continua o trabalho de articulação, conscientização e de ações, sempre partindo do princípio de que as formas de trabalho em condições análogas à escravidão são graves violações dos direitos humanos.

Para acabar com o trabalho escravo, é preciso que governos façam sua parte, assegurando legislações seguras e políticas públicas para **trabalho digno**; que

empregadores sejam responsáveis socialmente, cumpram as legislações, garantam trabalho seguro e com remuneração **justa**, e que os trabalhadores e trabalhadoras conheçam seus direitos e **vivam com qualidade**.

Se você, sua empresa, ainda não faz parte desse importante instrumento, junte-se a nós, pois é na união de esforços que erradicaremos o trabalho escravo.

LUCILENE BINSFELD
*Presidenta do
conselho deliberativo*



NOVO MANDATO DOS CONSELHOS INPACTO

Em março, os associados do InPACTO elegeram os membros do mandato 2023-2026 dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A tarefa dos novos conselheiros é garantir um direcionamento para que a organização cumpra a missão de promover os direitos humanos, com foco na erradicação do trabalho escravo, infantil e na promoção do trabalho digno em todas as cadeias produtivas que atuam no Brasil. São órgãos de maior relevância na nossa administração, formados por pessoas comprometidas com os princípios dos direitos humanos e da garantia da dignidade e que nos ajudam a trilhar um caminho mais assertivo rumo às transformações que precisamos promover no Brasil.

Os conselheiros deliberativos apoiam no desenvolvimento das diretrizes do InPACTO, considerando as diversas realidades e contextos do Brasil contemporâneo. Também são responsáveis por validar os planos de ação elaborados pela equipe executiva, para garantir uma atuação conectada às oportunidades e aos novos desafios dessa agenda no país.

Já o Conselho Fiscal tem o objetivo de acompanhar a execução orçamentária, as demonstrações contábeis e o desempenho financeiro da organização, além de fiscalizar o trabalho da auditoria externa.

NOSSO CONSELHO

DE
LIBER
ATI
VO



Caio Luiz Carneiro Magri

Diretor-presidente do Instituto Ethos e sociólogo pela Universidade de São Paulo, Caio Magri é membro fundador do InPACTO. Ele integra conselhos governamentais, empresariais e da sociedade civil, como o Conselho Municipal dos ODSs da Prefeitura de São Paulo, Pró-Ética, Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), Pacto Global no Brasil, entre outros.



Rafael Martines da Costa

Advogado, atua há 20 anos na área trabalhista e previdenciária. Trabalhou em uma instituição financeira por dez anos e há nove anos se juntou à Nestlé, maior empresa de alimentos do mundo, ocupando atualmente a posição de Gerente Jurídico Executivo. Nos últimos quatro anos, acumulou experiência em Direitos Humanos e devida diligência.



Juliana de Lavor Lopes

Diretora de ESG, Comunicação e Compliance da AMAGGI e Executiva da FALM (Fundação André e Lucia Maggi). É graduada em Relações Internacionais, especialista em Liderança da Sustentabilidade e possui MBE em Responsabilidade Social e Terceiro Setor e MBA em Comunicação Corporativa.



Ana Yara Dania Paulino Lopes

Cientista social pela PUC-SP e Mestre em Ciência Política pela USP, atuou por mais de 20 anos em educação, pesquisa e assessoria sindical no DIEESE. É membra fundadora do InPACTO. Por sete anos atuou como representante na bancada dos Trabalhadores em reuniões da OIT Genebra. Participa do Núcleo Semente – Saúde Mental e Direitos Humanos.



Túlio Dias Brito

Diretor de sustentabilidade da Agropalma, há 20 anos dedica sua vida profissional à sustentabilidade e à competitividade de empresas nos setores do agronegócio, alimentos, financeiro, infraestrutura e mineração. Foi presidente do InPACTO entre 2016 e 2020.



Daniel Teixeira

Advogado e Diretor Executivo do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades; graduado e especializado em Direitos Difusos e Coletivos pela Faculdade de Direito da PUC de São Paulo. Foi pesquisador-visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Columbia (NY) e Fellow do Public Interest Law Institute (Budapeste). É conferencista no Brasil e internacionalmente e co-autor de diversos livros sobre a questão racial.

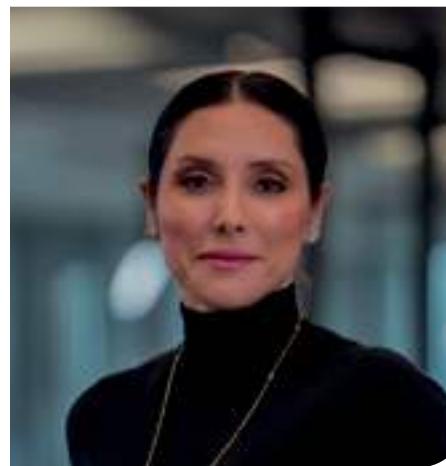
NOSSO CONSELHO

DELIBERATIVO SUPLEMENTARES



Leana Moreno Mattei

Diretora da AGANJU, consultora especializada em ESG e Impacto Social e consultora de marketing da Impacto da Incentiv. É mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA e trabalha há 20 anos com temas relacionados à responsabilidade social e à sustentabilidade. É palestrante, TedX Speaker, escritora e membro do grupo de multiplicadores do Sistema B.



Silvia Carvalho Nascimento e Silva

Sócia da Empresa de Mecanização Rural Ltda e formada em Administração de Empresas pela Universidade de Miami. Diretora-Presidente, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Aço Verde do Brasil S.A. Diretora-Presidente do Instituto AVB, conselheira no Instituto Aço Brasil e vice-presidente do conselho de administração do IIMA – International Iron Metallics Association.



Susy Yoshimura

Diretora sênior de Sustentabilidade do Carrefour Brasil, é formada em Administração Pública pela FGV. Ocupou cargos em sustentabilidade e diversidade no Grupo Casino para a América Latina, Comitê de Sustentabilidade do Conselho de Administração do Grupo Éxito, Grupo Casas Bahia, Ashoka Brasil e Natura Cosméticos. Também é membro do conselho do Fundo Brasil de Direitos Humanos e co-preside o GT de carne bovina na Consumer Good Forum Coalition.

FISCAL



Marilane Siffoni

Administradora e contadora, com 23 anos de experiência em associações e fundações da sociedade civil. Possui ampla experiência em estruturação de processos, controles internos e captação de recursos em diversas organizações do terceiro setor. É membro do Grupo de Excelência de Administração do Terceiro Setor do Conselho Regional.



Bruno Vinícius Pinto

Formado em Relações Internacionais, MBA em Administração de Empresas e pós-graduação em ESG e Gestão de Stakeholders. Atualmente é responsável pela área de comunicação corporativa e no avanço do compromisso do PMI com a sustentabilidade e práticas empresariais responsáveis no Brasil.



Silvia Janine Servidor de Pizzol

Engenheira agrônoma e mestre em economia pela ESALQ/USP, já atuou nas áreas técnicas de várias entidades do agronegócio brasileiro e atualmente é gestora de responsabilidade social e sustentabilidade do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – Cecafé.

A stylized illustration of a man in a blue shirt and jeans, seen from the side and back, working on a construction site. He is using a shovel to move a red brick. The background is a textured, yellowish-brown color, suggesting a dusty or industrial environment. The overall style is graphic and modern.

CENÁRIO BRASIL

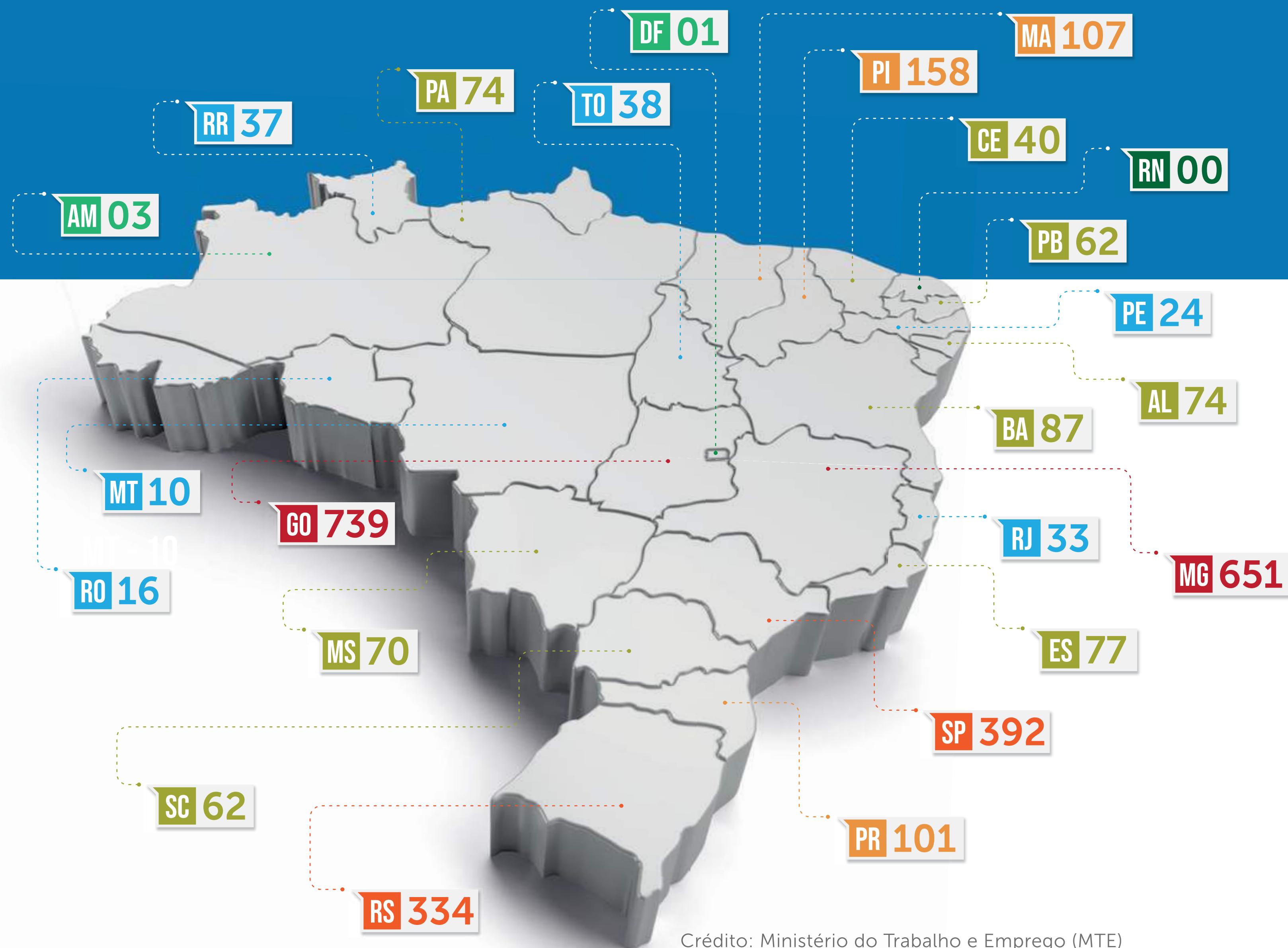


CENÁRIO DO ESFORÇO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL AINDA ASSOMBRAM O BRASIL

Mais de três mil trabalhadores resgatados do trabalho escravo. Ao menos 204 empresas e pessoas somadas a "Lista Suja" de empregadores que violam os direitos e a dignidade de milhares de homens e mulheres país afora. Esses números são históricos e sinais evidentes de alerta. O ano de 2023 contabilizou o maior número de resgates desde 2009 e a maior atualização de empresas na "Lista Suja" desde sua criação em 2004. Os números revelam que ainda temos um imenso desafio na busca pela erradicação do trabalho escravo e infantil no país.

NÚMEROS DE RESGATE POR ESTADO 2023



Crédito: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

3.190

Total de trabalhadores resgatados em 2023

598

Estabelecimentos urbanos e rurais fiscalizados

R\$ 12.877.721,82

Pagos em verbas salariais e rescisórias aos trabalhadores resgatados pela fiscalização do trabalho



É certo que 2023 ainda reflete os efeitos perversos de uma pandemia sem precedentes, que parou o mundo inteiro e provocou retrocessos em vários lugares. Aqui não foi diferente.

A COVID-19 vitimou mais de 700 mil pessoas no Brasil desde 2020. As mortes são a ponta mais triste de um rastro de destruição deixado pela crise de saúde, que aprofundou as desigualdades, a pobreza e a fome. Dados do IBGE mostraram aumento de quase 50% do número de pessoas em situação de extrema pobreza de 2020 para 2021. Eram mais de 11 milhões de pessoas vivendo com menos de 500 reais mensais naquele ano. No auge da crise, mais de 33 milhões de pessoas passavam fome segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan).

Esse quadro devastador é parte da razão pela qual ainda não conseguimos superar o trabalho escravo e infantil, nem cumprir de forma plena e consistente os dez compromissos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Mas ela não é a única explicação, até

porque a escravidão moderna é um desafio de dimensões globais, que não se restringem ao Brasil.

Por aqui, outros fatores além do retorno do país ao Mapa da Fome em 2018 e da pandemia contribuíram ao longo dos últimos anos para os números de 2023. Lembremos das interrupções da divulgação da "Lista Suja" e do desmonte da fiscalização, da flexibilização da legislação e da precarização do trabalho, que somados ao contexto da pandemia e da crise econômica, certamente agravaram a situação.

2023

FOI UM ANO DE RETOMADA
DESSA AGENDA PELAS
EMPRESAS, PELA IMPRENSA
E PELO ESTADO BRASILEIRO

Apesar desse grave cenário, há saída e um horizonte de esperança que nos impulsiona todos os dias a continuar agindo pelo fim do trabalho forçado, da servidão por dívida, das condições degradantes de trabalho e da jornada exaustiva, que colocam em risco a integridade e dignidade humana.

2023 foi um ano de retomada dessa agenda pelas empresas, pela imprensa e pelo Estado brasileiro. O tema voltou a ser discutido pela sociedade, passamos a falar mais sobre os casos de violações no campo e nas cidades e o governo retomou uma atuação mais empenhada no

combate ao trabalho escravo e infantil.

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), depois de 15 anos sem atualizações, retomou o diálogo com a sociedade civil, empresas e associações para avançar na elaboração do 3º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, cujo um dos objetivos é fortalecer o eixos de prevenção e pós-resgate, os pilares que menos avançaram nas últimas duas décadas. Outra boa novidade foi o anúncio de 900 vagas para auditor fiscal do trabalho no Concurso Unificado do Governo Federal, realizado em 2024.

No Congresso Nacional, parlamentares apresentaram algumas proposições, como o Projeto de Lei 789/2023, que segue em tramitação no Senado e prevê cota nos editais de licitações públicas para contratação de trabalhadores resgatados do trabalho escravo. Se aprovada, a medida será importante para o governo atuar de forma mais efetiva no pilar de reinserção desses trabalhadores e para que o poder público sirva de referência e inspiração para a iniciativa privada.

O avanço na tramitação do PL 5.970/2019 também foi uma notícia positiva. Aprovado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado e agora em processo de relatoria na Comissão de Assuntos Sociais da casa, o PL dispõe sobre a

expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências. Após passar pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria terá votação terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Também houve avanço na discussão sobre a regulamentação de um marco nacional sobre direitos humanos e empresas, a partir do Projeto de Lei 572/2022 e recém-criado grupo de trabalho interministerial que busca criar referência na padronização de regras e normas sobre o papel das empresas na promoção dos direitos humanos e na responsabilização das mesmas em caso de violações.

O governo federal ainda criou o ODS 18 para promover a igualdade étnico-racial. A proposta é que esse novo objetivo criado pelo Brasil vire modelo para os demais países que buscam atingir os objetivos da Agenda 2030 da ONU. O ODS 18 deverá contribuir para combater o racismo estrutural, diretamente ligado às raízes do trabalho escravo no país, uma vez que 83% das pessoas libertas de trabalho análogo à escravidão se autodeclararam negras.

Esse contexto de retomada do debate e de atenção ao tema da erradicação do trabalho escravo e infantil certamente ajudou, em 2023, a reaquecer as iniciativas dos setores produtivos nesse tema.



LINHA DO TEMPO

Os marcos do combate ao trabalho escravo e infantil no Brasil

1888

Brasil é o **último país** do continente americano a abolir a escravidão



1995

Estado brasileiro **reconhece a existência** de trabalho escravo em seu território



1940

Artigo 149 do código penal que tipifica o crime de trabalho escravo



2003

1º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo



Criação da **Lista Suja**

2005

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo com seus **dez compromissos**



2008

2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo



Alteração do **Artigo 149** do código penal para estabelecer pena e hipóteses de configuração do crime

2013

Criação do **InPACTO**



2023

Início das oficinas para desenvolver o **3º Plano** Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo



InPACTO



A importância da ○ **LISTA SUJA**

O Cadastro de Empregadores flagrados por submeterem trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como "Lista Suja", foi criado em 2003 como forma de aprimoramento da política pública de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Desde então, a relação com nomes de empregadores flagrados, autuados, cujos processos administrativos foram concluídos e confirmaram a caracterização do trabalho escravo passou a ser publicada oficialmente a cada seis meses pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Contudo, desde o final de 2014, a divulgação da Lista Suja enfrentou vários desafios, a começar pela sua suspensão por meio de liminar do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. Entre 2015 e 2016, durante a suspensão da lista oficial, informações com os nomes dos empregadores foram divulgadas apenas pelo InPACTO e pela ONG Repórter Brasil, que em uma ação conjunta, obtiveram acesso a dados por meio de pedidos deferidos no âmbito da LAI (Lei de Acesso de Informação) e passaram a divulgar o que

chamaram de "Lista da Transparência".

Em 2017, uma nova portaria tentou vincular a publicação da Lista Suja a uma autorização do Ministro do Trabalho, mas logo foi extinta por ferir a autonomia e independência técnica necessária ao instrumento. Ainda assim, a Lista Suja continuou sendo questionada no STF, que julgou procedente a sua constitucionalidade em 2020, garantindo que sua divulgação não é uma sanção, mas um ato de transparência ativa da administração pública, conforme prevê a LAI.

O reconhecimento da legitimidade da "Lista Suja" ocupa o topo dos dez compromissos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo desde 2005, quando foi lançado. O InPACTO reforça continuamente o seu apoio à Lista Suja e incentiva o seu uso como uma importante ferramenta de gestão de riscos para empresas, bancos e associações que buscam promover o trabalho decente e proteger as suas cadeias produtivas do trabalho em condições análogas à escravidão.



MEDIDAS INTERNACIONAIS TAMBÉM EMPURRAM O MERCADO GLOBAL E OBRIGAM EMPRESAS BRASILEIRAS A SE ADAPTAREM

As transformações internas e a retomada dessa agenda pelo Estado brasileiro também refletem a movimentação das relações externas em relação a esse tema, que é uma realidade global. De acordo com relatório da Organização Internacional do Trabalho, a escravidão movimenta nada menos de US\$ 236 bilhões por ano na economia privada. O mesmo documento mostra que esse valor aumentou 37% nos últimos dez anos, o que indica crescimento do número de pessoas em situação de trabalho forçado no mundo.

Não por acaso, esse foi tema de um acordo de líderes de várias religiões no mundo em 2014, em um processo liderado pelo Papa Francisco pelo fim da escravidão moderna e do tráfico de seres humanos.

Em 2022, foi a vez de o Parlamento Europeu iniciar um debate profundo sobre medidas para banir produtos de trabalho escravo e de outras práticas nocivas aos direitos

humanos e ao meio ambiente. Ao longo de 2023, o Parlamento avançou nesse tema e no início de 2024 aprovou a Diretiva de Diligência Devida em Sustentabilidade Corporativa, para promover práticas empresariais mais responsáveis em escala global e, entre outros pontos, responsabilizar grandes empresas pelos crimes cometidos nas suas cadeias produtivas, incluindo a incidência de trabalho escravo e infantil.

As novas regras serão aplicadas de maneira progressiva até 2028 e valem tanto para empresas europeias quanto para companhias que atuam na União Europeia, mesmo que sediadas em outras regiões do mundo. A diretiva europeia se soma a outras normas voluntárias globais pré-existentes, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, de 2011, as orientações do Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável, de 2018.

No Brasil, as empresas signatárias do Pacto Nacional que deu origem ao InPACTO, já estão um pouco à frente e monitoram desde 2010 o cumprimento dos 10 compromissos.



10

COMPROMISSOS DO PACTO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

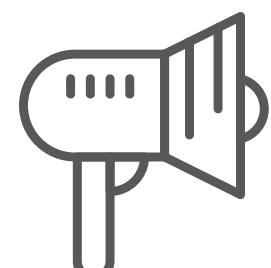




1
Lista Suja



2
Trabalhadores



3
Comunicação



4
Monitoramento

Pilares para a criação dos 10 compromissos do pacto nacional pela erradicação do trabalho escravo

OS 10 COMPROMISSOS

LISTA SUJA

- Reconhecimento da Lista Suja, produzida pelo Ministério do Trabalho;
- Definir restrições comerciais a pessoas físicas e jurídicas inseridas na "Lista Suja";

TRABALHADORES

- Promover a regularização das relações de trabalho na cadeia de valor;
- Apoiar ações voltadas para a qualificação profissional de trabalhadores resgatados e vulneráveis;
- Apoiar ações de reinserção de trabalhadores resgatados e vulneráveis;

COMUNICAÇÃO

- Promover ações de informação e comunicação visando a prevenção ao trabalho escravo;
- Apoiar e participar de articulações do InPACTO;
- Sistematizar, divulgar e compartilhar boas práticas para prevenção e erradicação do trabalho escravo;

MONITORAMENTO

- Participar do processo de monitoramento periódico realizado pelo InPACTO;
- Desenvolver um plano para a implementação dos compromissos assumidos junto ao InPACTO.

10 anos



INPACTO COMPLETA

10 ANOS

E PLANEJA INTENSIFICAR PARCERIA COM EMPRESAS

Lançado em 2013 para colocar em prática os dez compromissos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, de 2005, o InPACTO é resultado de uma ação conjunta, liderada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Ethos, Instituto Observatório Social, Laudes Foundation e Repórter Brasil, mas que também reuniu empresas e associações setoriais para dar fim à escravidão moderna no país.

A reunião dessas organizações em torno da construção do Pacto Nacional pela erradicação do trabalho escravo em 2005 e que, posteriormente resultou na fundação do Instituto em 2013, permitiu uma ampla mobilização de diferentes cadeias produtivas que atuam no Brasil em torno de compromissos para esse tema, ampliando e somando esforços em diversas frentes, além de aprimorar o diálogo público-privado, uma vez que o InPACTO também acompanha e influencia políticas públicas e marcos regulatórios para impulsionar a capilaridade da promoção do trabalho decente na sociedade.

Olhamos para trás depois dessa primeira década com muito orgulho do que construímos junto a tantos atores relevantes. Queremos ver a mudança na prática e fazer com que as nossas associadas sejam exemplares no combate ao trabalho escravo e infantil e na promoção dos direitos humanos.

Tendo isso no nosso horizonte, 2023 foi um ano para o InPACTO aprimorar e desenvolver novas ferramentas, serviços e projetos. Estamos dando materialidade à atuação da organização para que, cada vez mais, as empresas nos reconheçam como o parceiro que vai identificar problemas, ajudá-las a superá-los e, mais do que isso, auxiliá-las a se tornarem referência no mercado como promotoras de boas

práticas na agenda de combate ao trabalho escravo e infantil e no fomento à agenda empresarial de direitos humanos no Brasil.

Além disso, neste ano fortalecemos nosso diálogo com o poder público com foco em incidir na criação de novas políticas públicas e mantivemos o acompanhamento das pautas relacionadas a essa agenda no legislativo.

Em dezembro, também passamos a integrar a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), depois de participarmos de um rigoroso

processo de seleção. O grupo multidisciplinar que compõe a CNODS busca acompanhar, difundir e dar transparência às ações realizadas para atingir o progresso no alcance dos ODS, promovendo a sustentabilidade atrelada ao combate às desigualdades. Ao todo, a comissão é composta por 84 representantes, sendo 42 do governo e 42 da sociedade civil.

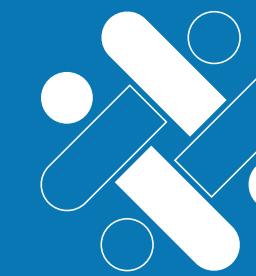
“

Queremos ver a mudança na prática e fazer com que as nossas associadas sejam exemplares no combate ao trabalho escravo e infantil e na promoção dos direitos humanos.

”



RAIO X DO EM 2023



InPACTO

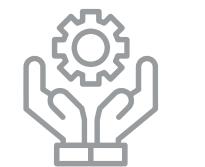
Hoje temos **39 empresas** associadas e atuantes em mais de **10 setores** diferentes, e **24 organizações e entidades setoriais**.

FRENTES DE ATUAÇÃO

Incidir nas
políticas
públicas



Aprimorar
práticas
empresariais



Monitorar os
compromissos
do Pacto



Criar conteúdos,
ferramentas,
índices e capacitar
empresas



39 EMPRESAS ASSOCIADAS

3m
Aço Verde Brasil
Adm do Brasil
Agra Foods Agroindustrial de Alimentos S/A
Agrícola Alvorada
Agropalma
Agropecuaria Maggi
Amaro Ltda
Ambev
Banco Santander Brasil
Bat
Brf
C&A
Carrefour
Construtora Terraço
Danone
Dairy Partners Americas Brasil
Eletronorte
Exportadora de Café Guaxupé
Gelita do Brasil Ltda.
Grupo Soma
Grupo Pão de Açúcar
Jbs
Klabin
Lojas Casas Pernambucanas
Lojas Renner
Lojas Riachuelo
Marfrig Global Foods
Minerva Foods
Nestlé S/A
Petrobrás
Phillip Morris
Santa Colomba Agropecuaria Ltda
Syngenta Proteção de Cultivos Ltda
Tradelink Madeiras LTDA
Tramontina Belém S/A
Vale S/A
Vibra Energia
Viena Siderúrgica S/A

24 ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES ASSOCIADAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café
ABICAB - Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, amendoim e balas
ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ABRAPALMA
ABVTEX - Associação Brasileira do Varejo Têxtil
Aganju Consultoria
AIPC - Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau
CECAFÉ - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG
Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Instituto Ethos de Empresas e responsabilidade social
Instituto Observatório Social (IOS)
Instituto Trabalho Decente
Instituto Unimed Vitória
Proforest Brasil
Rainforest Alliance
Sebrae/PR
Sebrae/TO
Sinditêxtil
Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico
Verité

+10 SETORES REPRESENTADOS



Agricultura e Pecuária



Alimentos



Certificadora



Comércio



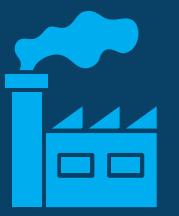
Construção Civil



Consultoria



Extrativa Mineral



Indústria de Transformação



Serviços



Utilidade Pública

PARCEIRA INSTITUCIONAL



SÓCIAS SINERGIA

PARCEIRA ESTRATÉGICA

Falconi

MATTOS FILHO

TozziniFreire.
ADVOGADOS

AMAGGI

The Carrefour logo, featuring a red and blue stylized 'C' shape above the word "Carrefour".

The soma logo, featuring a stylized lowercase 's' and 'oma' with a plus sign to the left.

ambev

The TERRAÇO logo, featuring a red circle with a white 'T' shape inside, followed by the word "TERRAÇO".



Índice de
Vulnerabilidade
InPACTO

INOVAÇÃO
A FAVOR
DO TRABALHO
DECENTE

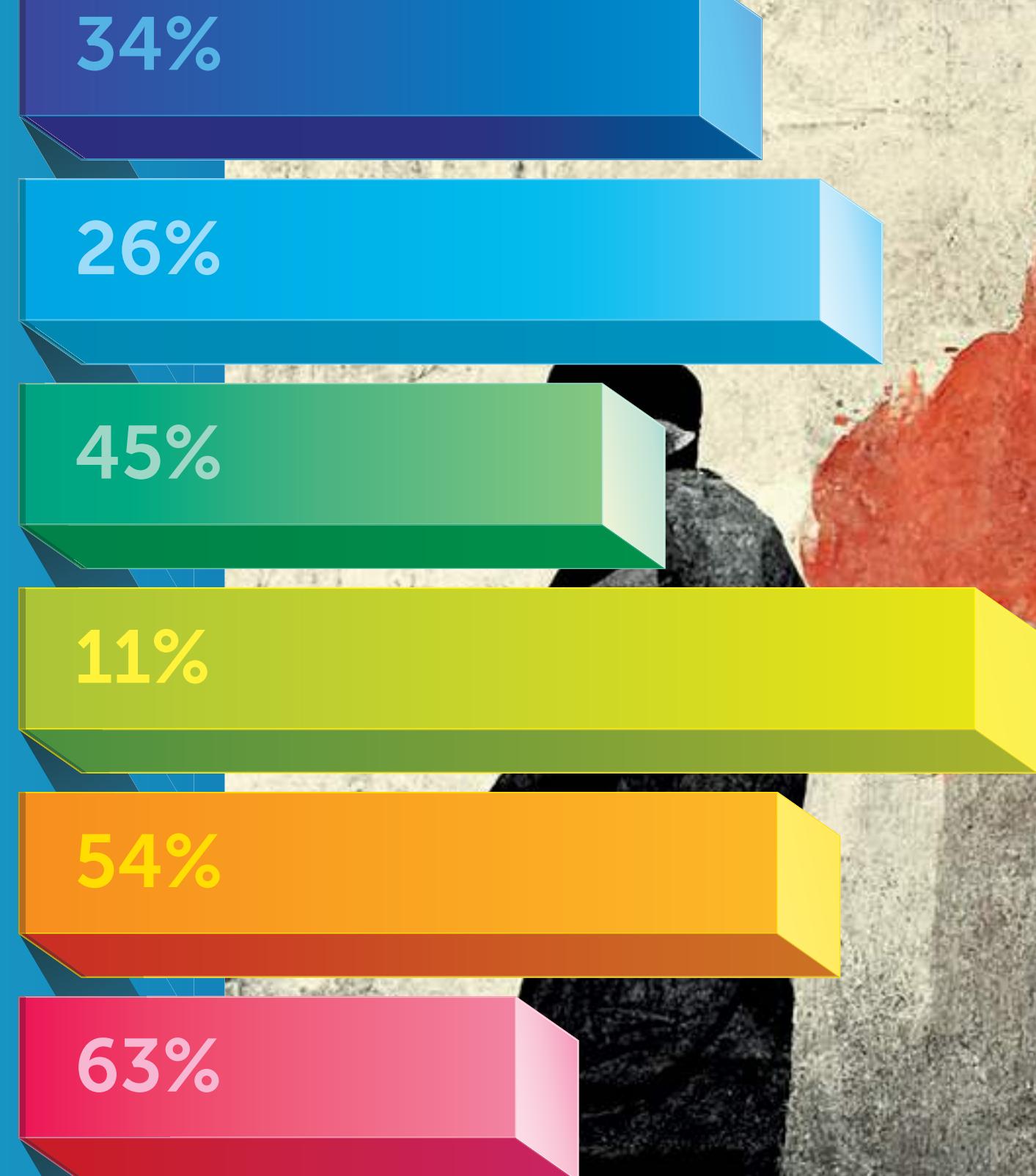


Iniciado em 2021, o **Índice de Vulnerabilidade InPACTO (IVI)** está em fase de finalização e será lançado no segundo semestre de 2024. O objetivo do InPACTO com a criação desse novo índice é oferecer uma ferramenta que ajude os setores público e privado a criarem ações mais assertivas e efetivas na promoção do trabalho decente e na prevenção do trabalho escravo e infantil no Brasil.

O IVI sintetiza dezenas de **variáveis socioeconômicas** municipais relacionadas direta ou indiretamente ao trabalho decente. As cidades com menor índice acendem o sinal de alerta, pois podem estar mais expostas a situações de trabalho degradante, forçado, infantil e outras condições de exploração.

A ferramenta permitirá gerar análises de cada município brasileiro nas dimensões Social, Trabalho, Renda e Educação.

Com o IVI, empresas e governos terão acesso a um instrumento inovador, que os auxiliará no **mapeamento de riscos** e no planejamento e desenvolvimento de estratégias de mitigação das vulnerabilidades das populações nos territórios analisados.



IVI APOIA OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

A partir do índice, o poder público pode desenvolver e implementar políticas de curto, médio e longo prazos em prol da transformação positiva de determinado município, na direção da promoção do trabalho decente. Os dados e análises do IVI são informações relevantes para o processo de formulação de medidas que, por exemplo, impulsionem o desenvolvimento socioeconômico e a atracção de investimentos, melhorando a empregabilidade e a renda da população.

No caso das empresas, o IVI pode compor análises estratégicas para cada negócio, pois permite comparar dados entre os municípios que estão na cadeia produtiva para criar planos de ações preventivas, visando promover o trabalho decente de ponta a ponta.



Índice de
Vulnerabilidade
InPACTO



Índice de
Vulnerabilidade
InPACTO
Café

Ao longo de 2023, a equipe técnica do InPACTO desenvolveu dashboards setoriais, que, além das variáveis contempladas no IVI Geral, ampliam dados e análises específicos por setor. Foram testados dois novos índices para serem lançados em 2024: o IVI do Cacau e o IVI do Café.

O IVI Setorial inclui dados e informações relevantes do perfil do trabalhador e de uso da terra de cada município para determinado setor.

Por exemplo, no caso de Cacau e do Café, o IVI trará informações sobre o perfil socioeconômico das pessoas, tipo de vínculo de trabalho, se faz parte de agricultura familiar, se tem acesso a crédito rural ou não, entre outros. Também permite compreender as vulnerabilidades do território trazendo o número de estabelecimentos agropecuários por tipo de atividade, a quantidade plantada e produzida, o rendimento médio e valor da produção, a condição legal das terras, além de outras variáveis.

IVI CACAU

CocoaAction
Brasil



World Cocoa
Foundation



FUNDO
VALE

IVI CAFÉ

Cecafe
Conselho dos Exportadores
de Café do Brasil

**PLATAFORMA
GLOBAL DO CAFÉ**
pela sustentabilidade do café

OS OBJETIVOS DO IVI

- Oferecer às empresas e setores produtivos uma análise comparativa dos riscos de violações aos direitos humanos em suas cadeias de valor
- Realizar análises técnicas e recomendações para atuação estratégica nos territórios
- Estabelecer prioridades e planos de ações preventivas que levem à erradicação do trabalho escravo e infantil e promovam o trabalho digno nas cadeias produtivas que atuam no Brasil
- Auxiliar na efetividade dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU
- Apoiar e orientar no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Apoiar no aprimoramento de práticas e políticas das empresas exigidos por normas internacionais de devida diligência em direitos humanos

UM NOVO PACTO PELO BRASIL:

Setor do café se une pela promoção
do trabalho decente





O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo, com mais de **264 mil** propriedades agrícolas, desempenha um papel essencial na geração de emprego e renda, envolvendo também **1.050** unidades industriais de beneficiamento e **826** estabelecimentos comerciais atacadistas dedicados à distribuição do café. Ao todo, cerca de **585 mil** pessoas empregadas diretamente na cadeia produtiva.

O setor cafeeiro desempenha um papel essencial na geração de emprego e renda, e sua liderança global reforça a importância de práticas sustentáveis e condições decentes de trabalho. No entanto, há desafios, como a necessidade de incorporar a prevenção e erradicação do trabalho análogo ao escravo e infantil à governança das empresas, fortalecendo o papel do café no desenvolvimento socioeconômico do país.

Para incidir e transformar o atual cenário, o InPACTO e as associadas do setor se uniram para criar o **Pacto Setorial pela Sustentabilidade Social do Café**. A ação coletiva, que envolve a articulação dos atores da cadeia produtiva, visa estabelecer princípios e criar compromissos que melhorem as condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores do setor.

Ao longo de 2023, o InPACTO reuniu as principais entidades, empresas, cooperativas de produtores, sociedade civil e setor público para iniciar o diálogo e mapear os riscos de trabalho escravo e infantil na cadeia do café. Foram realizadas 3 oficinas com setor produtivo e mais 3 com o setor público e sociedade civil, além de reuniões do GT Café e elaboração de um documento-base, que estabelece objetivos, governança, cronograma de ação, entre outros pontos.

Na segunda etapa, em 2024, serão criados os compromissos públicos, voluntários e específicos para o setor.

O Pacto Setorial vem para se somar ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e **inspirar que outros setores** produtivos façam iniciativas semelhantes.

QUEM AJUDOU A MAPEAR RISCOS DO SETOR DO CAFÉ



OS OBJETIVOS DO
PACTO SETORIAL PELA SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO CAFÉ

- **1** Consolidar compromissos públicos e voluntários das empresas na concretização de soluções integradas e sustentáveis, visando à erradicação do trabalho análogo ao escravo e à promoção do trabalho decente
- **2** Estabelecer um processo de monitoramento dos compromissos para a sociedade
- **3** Fomentar mudanças sociais no setor cafeeiro pela erradicação do trabalho análogo ao escravo e pela promoção do trabalho digno em todos os elos da cadeia
- **4** Demonstrar proatividade do setor para que se torne referência no mercado
- **5** Fortalecer as relações entre as instituições envolvidas para aprimorar o diálogo público-privado em busca da diminuição das desigualdades e a erradicação da pobreza



UM RAIO-X DO SETOR DO CAFÉ



8,2%

foi o crescimento
na produção
de café em **2023**

55,1 mi

de sacas de 60kg cada

1,87 mi

de hectares de área de produção

86%

do café brasileiro produzido
pela região Sudeste



MONITORAMENTO
2023



Os 10 compromissos do Pacto são importantes pilares do desenvolvimento do nosso trabalho. Faz parte da nossa atuação acompanhar, monitorar e auxiliar as associadas no processo de cumprimento desses compromissos e implementação de ações que promovam o trabalho decente em suas cadeias produtivas. Por isso, desde 2016, a equipe do InPACTO vem aplicando questionários bienais para que suas associadas respondam, de forma voluntária, perguntas que englobam os quatro pilares do compromisso: Lista Suja, Trabalhadores, Comunicação e Monitoramento.

Os resultados são disponibilizados em duas etapas: na primeira, a empresa recebe a pontuação e uma análise automatizada; na segunda, são realizadas reuniões com a equipe do InPACTO e apoio ao desenvolvimento de plano de ação.

Realizamos sete monitoramentos até hoje e, ao longo dos anos, os questionários foram aprimorados, assim como percebemos diferentes graus de participação das associadas em determinados momentos e cenários. A boa notícia é que

o engajamento das associadas no preenchimento dos questionários costumava ficar entre 70% e 80% das associadas e, no monitoramento de 2022 e 2023, alcançamos quase 90%.

Apesar dos desafios para concretização dessa agenda, avançamos no engajamento dos setores produtivos. O monitoramento é uma ferramenta essencial tanto para apoiar as empresas a evoluírem em suas práticas, quanto em fortalecer nosso papel em conhecer os desafios e oferecer suporte técnico para contribuir com o fortalecimento de suas ações, gestão e governança.

Para 2024 e 2025, a ideia é ampliar ainda mais o envolvimento das empresas nesse processo e também criar critérios que ajudem na consolidação de boas práticas nessa área.

COMBATER O TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL COM AVALIAÇÃO, AÇÃO E EVOLUÇÃO



UM EXEMPLO QUE NOS INSPIRA:

AÇO VERDE CUMPRE OS 10 COMPROMISSOS DO PACTO



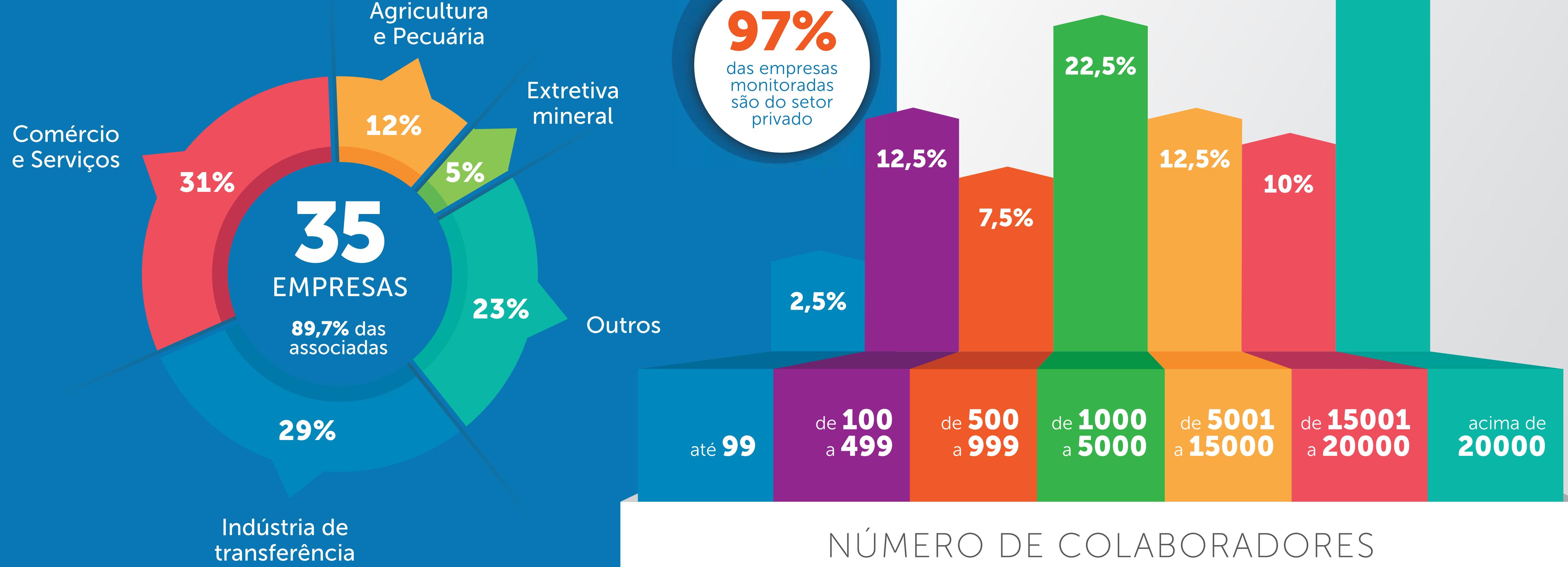
Fundada em 1993, a Aço Verde Brasil é a expressão dos novos tempos e tem o ESG no coração de seu negócio, ao criar a primeira siderúrgica **carbono neutro** do mundo no ano de 2015. De lá para cá, a companhia tem demonstrado que responsabilidade socioambiental é, de fato, uma de suas prioridades. Em 2022, por exemplo, fundou o Instituto AVB para promover a **igualdade social e econômica** no Maranhão, Piauí e Minas Gerais, com foco nas regiões onde a empresa atua.

A Aço Verde Brasil é associada do InPACTO desde 2014. Neste último monitoramento, destacou-se pela qualidade das informações enviadas no questionário, por ações inovadoras. Além de promover **ações relacionadas aos 4 pilares** e dos 10 compromissos do Pacto, a empresa se sobressaiu em pontos que ainda são desafiadores para o setor privado no enfrentamento ao trabalho escravo e infantil: atuou na reinserção de vítimas do trabalho escravo e estabeleceu restrições e cláusulas contratuais para assegurar que sua cadeia produtiva esteja pautada no trabalho decente.

POR QUE MONITORAR E AVALIAR?

- Fornecer um instrumento de autoavaliação
- Ajudar na prevenção e mitigação de riscos nas cadeias produtivas
- Mensurar os obstáculos e progressos nas ações de prevenção
- Identificar, sistematizar e compartilhar boas práticas
- Oferecer insumos para o aprimoramento das práticas, políticas e processos das empresas

MONITORAMENTO 2022-2023



EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO MONITORAMENTO 2022-2023

3m
Aço Verde Brasil
Adm do Brasil
Agrícola Alvorada
Agropalma
Amaggi
Amaro
Ambev
Banco Santander Brasil
BRF
C&A
Carrefour
Dairy Partners Americas Brasil
Danone
Eletronorte
Exportadora de Café Guaxupé¹
Gelita do Brasil Ltda.

Grupo Pão de Açúcar
Grupo Soma
Jbs
Klabin
Lojas Renner
Lojas Riachuelo
Marfrig Global Foods
Minerva Foods
Nestlé
Petrobras
Phillip Morris
Syngenta Proteção de Cultivos Ltda
Trelink Madeiras Ltda
Tramontina Belém S/A
Vale S.a.
Vibra Energia
Viena Siderúrgica S/A

EMPRESAS QUE ENVIARAM O PLANO DE AÇÃO

3m
Aço Verde Brasil
Adm do Brasil
Agrícola Alvorada
Agropalma
Amaggi
Amaro
Carrefour
Dairy Partners Americas Brasil
Danone
Eletronorte
Exportadora de Café Guaxupé

Grupo Pão de Açúcar
Jbs
Klabin
Lojas Renner
Marfrig Global Foods
Minerva Foods
Nestlé
Petrobras
Trelink Madeiras Ltda
Vale S.a.
Vibra Energia
Viena Siderúrgica S/A

Os destaques do monitoramento

2022 2023

LISTA SUJA

71%

Reconhecem **oficialmente** a "Lista Suja" como instrumento fundamental de responsabilidade

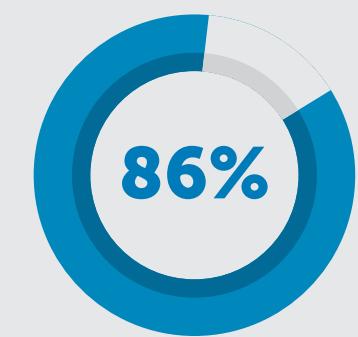
80%

Utilizam a "Lista Suja" como **critério de seleção** para quase todos os seus fornecedores

77%

Estimulam seus fornecedores a adotar a "Lista Suja" como instrumento de mitigação de riscos

MONITORAMENTO E RASTREABILIDADE NA CADEIA DE VALOR



Realizam auditorias internas ou externas para monitorar a presença de trabalho análogo ao escravo em sua cadeia de valor.

Outros **14%** o fazem pontualmente ou diante de uma necessidade e **0%** não incluem o tema em auditoria.

Em 2021, os valores eram 69%, 27% e 4% respectivamente.



Monitoram fornecedores críticos Há **4%** que afirmam monitorá-los de vez em quando.

Outros **3%** afirmam não ter fornecedores críticos

Em 2021, os valores eram 85%, 12% e 3% respectivamente.



Rastreiam origem dos produtos. Ou seja, sempre solicitam dos fornecedores informações sobre a origem dos seus produtos.

Outros **28%** o fazem pontualmente, quando consideram pertinente ou diante de uma necessidade de gestão de riscos. E **3%** nunca ou quase nunca solicitam

Em 2021, os valores eram 58%, 35% e 7% respectivamente.



Monitoram fornecedores críticos Há **4%** que afirmam monitorá-los de vez em quando.

Outros **3%** afirmam não ter fornecedores críticos

Em 2021, os valores eram 81%, 8% e 11% respectivamente.



Estimulam fornecedores a solicitar comprovantes de débitos trabalhistas e previdenciários de seus subcontratados.

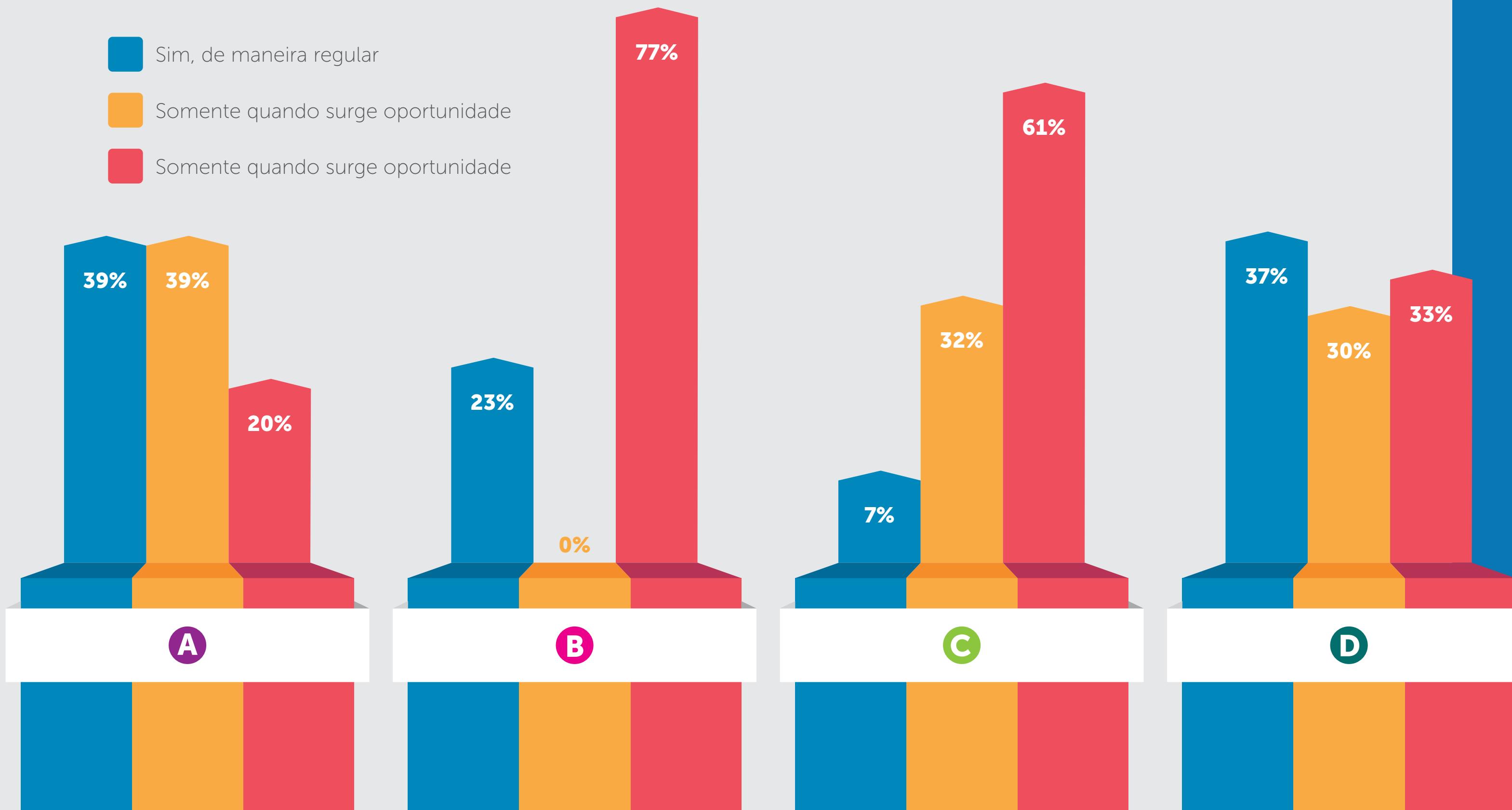
Outros **26%** dizem estimular apenas de seus fornecedores críticos e mais **15%** não estimulam.

Em 2021, os valores eram 58%, 35% e 7% respectivamente.

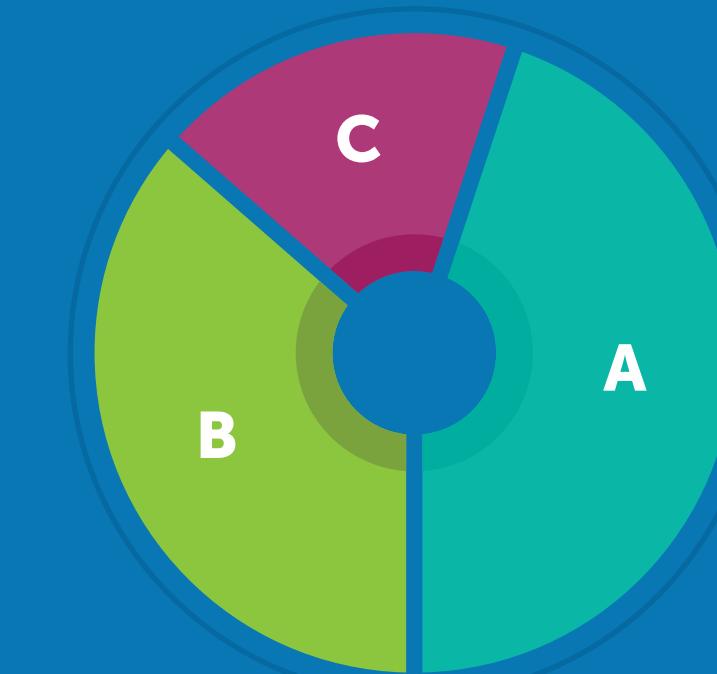
AÇÕES EM PROL DE TRABALHADORES VULNERÁVEIS



- Sim, de maneira regular
- Somente quando surge oportunidade
- Somente quando surge oportunidade



DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE AÇÃO



Desde o último processo de monitoramento, sua empresa criou um plano de trabalho, contemplando metas para a implementação das ações sugeridas pelo InPACTO?



REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

2023

UM ANO DE IMPORTANTES DEBATES E AVANÇOS

O InPACTO esteve ativamente envolvido em debates cruciais e fóruns estratégicos relacionados ao enfrentamento do trabalho escravo no Brasil. Por meio de sua atuação, a organização contribuiu para o aprimoramento de políticas públicas e o avanço de ações fundamentais nessa agenda.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

InPACTO integra a Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em dezembro de 2023, o InPACTO passou a ocupar um assento na Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), um importante colegiado consultivo que reúne governo e sociedade civil. A CNODS tem a responsabilidade de estimular, monitorar e dar transparência à implementação da Agenda 2030 no Brasil, um conjunto de metas globais voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A comissão, que havia sido descontinuada durante o governo anterior, foi recriada e agora conta com 84 vagas, divididas igualmente entre representantes do governo federal e organizações da sociedade civil, redes, movimentos sociais e governos locais. Os assentos estão distribuídos em cinco categorias: Projetos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Setor Produtivo, Pesquisa, Políticas Públicas e Agenda 2030.

O InPACTO foi escolhido para integrar o grupo de oito entidades que compõem a categoria Setor Produtivo, ao lado de organizações de peso como o Movimento Nacional ODS (MNODS), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (INPETI), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Faculdade Zumbi dos Palmares, Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).





UM NOVO ODS

Durante a cerimônia de recriação da CNODS, o governo federal anunciou a criação do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18** (ODS 18), cujo foco é promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo estrutural no Brasil.

Este novo objetivo tem profunda relevância para a agenda de erradicação do trabalho escravo, uma vez que **83%** das pessoas libertas de situações análogas à escravidão no país se autodeclararam negras, evidenciando a ligação histórica e estrutural entre racismo e trabalho escravo no Brasil.

Com esse novo posicionamento do Brasil e incorporado como estratégico para atuação da CNODS, o InPACTO reafirma seu compromisso em trabalhar pela erradicação do trabalho escravo e pelo desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma sociedade mais **justa e igualitária**.



Mais perto das
empresas associadas

30/05

Encontro com Associadas

Apresentação planejamento e proposta de revisão monitoramento InPACTO

27/06

Encontro com Associadas

Importância da DDDH e sua relação com ESG com TozziniFreire Advogados

29/08

Encontro com Associadas

Apresentação dos novos planos associativos e revisão do monitoramento

26/09

GT Políticas Públicas

Programa Trabalho Sustentável: estrutura e fluxo do combate ao trabalho escravo com Luiz Henrique Ramos (PTS) e Marcelo Campos (DETRAE), Auditores Fiscais do Trabalho

31/10

Encontro com Associadas

Revisão do Ciclo de Monitoramento 2023/2024

28/11

GT Políticas Públicas

Papel do MPT no fluxo de combate ao trabalho escravo, papel da CONAETE e sentença proferida pela Corte IDH no "Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil" com Luciano Aragão, Procurador do Trabalho e coordenador da CONAETE

CAPACITAÇÕES E ATIVIDADES FORMATIVAS

7

CAPACITAÇÕES



7
PALESTRAS



01

Workshop de Direitos Humanos BAT

02

Secretaria de Educação de Itaquaquecetuba - SP

Fornecedores Petrobrás

03

2 palestras Vale

02

04

05

06

07

Conferência Ethos (São Paulo - SP)

05

Fórum Anual do Cacau (Ilhéus - BA)

TozziniFreire Advogados (São Paulo - SP)

2 para Projeto CAI Social para técnicos e gestores de 9 empresas do setor cafeeiro

2 para Renner

2 para Salton

1 para Construtora Terraço



OUTROS DESTAQUES

DEVIDA DILIGÊNCIA EM FOCO

A Devida Diligência em Direitos Humanos está se consolidando como um dos pilares fundamentais das ações do InPACTO para os próximos anos. **Esse foi o principal tema do treinamento promovido pela Aliança pelos Direitos Humanos nas Cadeias Produtivas, nos dias 21 e 22 de agosto de 2023, com apoio e coordenação do Instituto.**

Voltado para as cadeias produtivas da laranja e do café, o evento reuniu mais de 50 representantes de diversos setores, incluindo governo, movimentos sindicais, agências reguladoras, organizações da sociedade civil e empresas, para discutir o papel do setor privado na proteção e promoção dos direitos humanos, os desafios contínuos no combate ao trabalho escravo e a importância da Devida Diligência em Direitos Humanos como um rol de ferramentas para prevenir violações e promover condições dignas de trabalho nas cadeias produtivas.

Marina Ferro, diretora executiva do InPACTO, palestrou no painel "Oportunidades para Avançar na Devida Diligência em Direitos Humanos como Ferramenta para Combater o Trabalho Escravo", ao lado de Carlos Eduardo Chaves, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR); Eduardo Matavelli, da Plataforma Global do Café; e Flávia Scabin, do CONDHU Direitos Humanos e Meio Ambiente. A mediação foi conduzida por Fernanda Carvalho, diretora do Brasil para o Global Fund to End Modern Slavery (GFEMS), proporcionando um debate amplo e enriquecedor.

Outros painéis do evento contaram com a participação de organizações relevantes, como Repórter Brasil, Business and Human Rights Resource Centre e a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, que trouxeram suas visões sobre as boas práticas e desafios da devida diligência no cenário internacional.

O treinamento também abriu espaço para a construção de parcerias mais robustas entre os setores público e privado, com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos em toda a cadeia produtiva.



OUTROS DESTAQUES

INPACTO APRESENTA PRÉVIA DO IVI NO FÓRUM ANUAL DO CACAU

No 6º Fórum Anual do Cacau, realizado em 20 de julho em Ilhéus, na Bahia, o InPACTO apresentou uma prévia do Índice de Vulnerabilidade InPACTO Cacau (IVI Cacau), resultado da **análise e cruzamento de centenas de variáveis socioeconômicas e demográficas** e que mede o nível de vulnerabilidade social da população nos municípios produtores de cacau no Brasil.

A 6ª edição do Fórum foi parte da programação do Chocolate Festival Bahia. O evento foi organizado pela CocoaAction e se consolidou como um importante espaço de diálogo entre os diversos atores da cadeia do cacau – bateu recorde de público, reunindo mais de 900 participantes, incluindo produtores de cacau, técnicos, representantes da indústria, entidades do setor, governo e especialistas.



UM NOVO





Desde o planejamento estratégico realizado em 2022, com foco nas metas para 2023, o InPACTO alcançou importantes progressos em sua gestão. Um dos principais resultados desse processo é a consolidação da direção do Instituto, refletida em uma equipe mais engajada e com maior nitidez de seus papéis e responsabilidades. Essa nova estrutura interna permitiu uma **atuação mais alinhada com os objetivos institucionais**, facilitando a execução das atividades.

A organização contábil e financeira também passou por um processo de aprimoramento significativo, proporcionando maior controle sobre os recursos e uma gestão mais eficiente. Essa evolução garantiu uma base sólida para que o Instituto pudesse dar continuidade aos seus projetos de forma sustentável.

Outro destaque desse período foi a ampliação das **parcerias estratégicas**. O InPACTO firmou novas colaborações essenciais à sua missão, fortalecendo conexões e ampliando a incidência no tema do combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil.

COMUNICAÇÃO

Fortalecimento da Comunicação e Marketing

FASE 1

ANÁLISE E REORGANIZAÇÃO INTERNA

O primeiro passo foi realizar uma análise detalhada das necessidades de comunicação do Instituto, o que resultou em ajustes na equipe interna e nas agências parceiras. A reorganização teve como foco garantir que a equipe estivesse preparada para atender às demandas de comunicação do InPACTO, com uma estrutura mais ágil e alinhada aos objetivos institucionais.

FASE 2

ELABORAÇÃO DE UM NOVO PLANO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Na segunda fase, foi criado um plano de Comunicação e Marketing abrangente, que estabeleceu as principais prioridades do Instituto. Este plano incluiu os seguintes componentes:

Plano de Imagem & Marca com o objetivo de fortalecer a identidade institucional do InPACTO e aumentar o reconhecimento de suas ações no cenário nacional e internacional.

Plano de Comunicação Interna, para aprimorar a comunicação com os associados e a sociedade como um todo, assegurando que as informações cheguem onde precisam chegar e engajem.

Plano de Relacionamento com Associados, visando estreitar as relações com as entidades parceiras, promovendo maior engajamento e colaboração em torno da missão do InPACTO.

Plano de Divulgação dos Resultados, aprimorar a comunicação com os associados e a sociedade como um todo, assegurando que as informações cheguem onde precisam chegar e engajem.

FASE 3

IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PLANO

Em 2024, o novo plano de Comunicação e Marketing está sendo implementado, com a aplicação prática das estratégias e ações delineadas, visando fortalecer a presença institucional e garantir maior visibilidade para as ações de combate ao trabalho escravo.

A reestruturação da área de Comunicação e Marketing foi ancorada em um planejamento cuidadoso, que visa consolidar a imagem e credibilidade do InPACTO no cenário nacional, reafirmando seu papel central na luta contra o trabalho escravo no país.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Com o objetivo de expandir a sustentabilidade financeira, o InPACTO adotou uma série de medidas estratégicas que buscam garantir maior estabilidade e aumentar os recursos disponíveis para o desenvolvimento de seus projetos. Entre essas medidas estão **ações voltadas à captação de recursos, ampliação do portfólio de serviços, além de esforços para a manutenção e crescimento da base de associados.**

Uma das primeiras iniciativas foi o estabelecimento de contato com a Falconi Consultoria em Gestão, com o objetivo de firmar uma parceria pró-bono para estruturar estratégias de captação de recursos.

Outro ponto importante foi o mapeamento de potenciais parcerias com fundos, empresas, instituições de ensino, editais públicos e fundações, visando identificar novas fontes de financiamento para os projetos do InPACTO. Além disso, a organização iniciou a elaboração de um novo portfólio de serviços, que inclui assessorias executivas, cursos, palestras, análises de cadeias produtivas, consultorias técnicas e jurídicas, entre outros.

A manutenção e ampliação do número de associados contribuintes também está no centro das estratégias financeiras do InPACTO. Para reduzir a inadimplência e aumentar o número de apoiadores institucionais, foi planejada uma campanha de comunicação que visa fortalecer a adesão ao Instituto.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS E MAIS EFICIÊNCIA

Em 2023, o InPACTO iniciou uma profunda revisão de sua gestão administrativa, visando maior agilidade nas decisões diárias do Instituto e o cumprimento efetivo das obrigações estatutárias por parte das organizações e empresas associadas, que nos ajudou a revisar contratos de funcionários, a implantação de processos de feedbacks regulares e a reorganização das rotinas de trabalho, promovendo maior eficiência interna.

Houve ainda um aprofundamento nos instrumentos de governança, com melhorias significativas nos processos internos e nas políticas de gestão. A implementação de diretrizes mais robustas de governança promoveu maior transparência e eficiência e também assegurou bases institucionais mais seguras. Esse aprimoramento reforça o compromisso do InPACTO em garantir que os processos internos sejam conduzidos de maneira ética e estratégica.



SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

Em 2023, o instituto se dedicou a aprimorar processos internos e revisar contratos, aumentando a eficiência e a transparência nas relações com nossas associadas.

Como parte dessa iniciativa, desenvolvemos novos planos associativos: **Foco, Efetivo, Sinergia e Parceiro Institucional**, que oferecem uma gama diversificada de benefícios.

Os novos planos oferecem serviços diversos para empresas associadas, como treinamento e capacitação, cortesias para eventos, formação em grupos de trabalho, além do acesso a ferramentas, como o monitoramento, no qual oferecemos suporte contínuo para o preenchimento e elaboração de planos de ação, incluindo feedback individualizado.

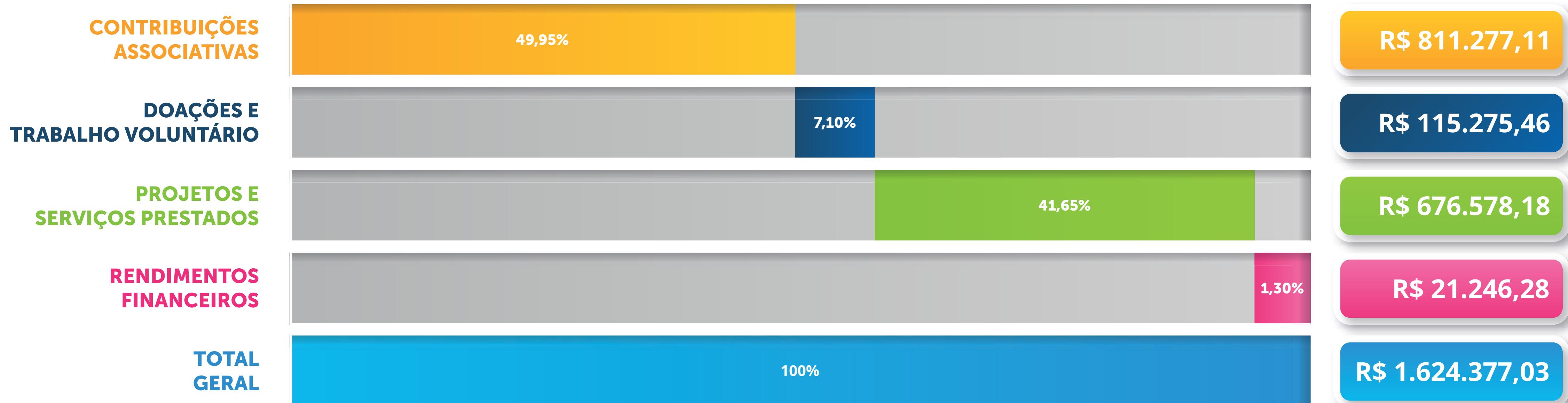
Além disso, os planos contam com descontos gradativos, variando de 5% a 15% na contratação de projetos, consultoria e serviços do InPACTO.

Buscamos com isso, ampliar a gama de possibilidades de atuação conjunta, **alinhado às necessidades de nossas associadas** e promovendo um ambiente de colaboração e aprendizado contínuo.

O ano de 2023 também foi um importante ano de estabelecimento de parcerias com organizações estratégicas para apoiar no aprimoramento contínuo da gestão e governança do instituto. Investimos e nos dedicamos a garantir a sustentabilidade financeira da organização, na melhoria contínua de nossos processos internos, no relacionamento com nossas associadas, mas também no aprofundamento de conteúdo em nossas entregas. Nesse sentido, firmamos parceria pro-bono com três importantes organizações de referência no cenário nacional: **Tozzini Freire Advogados** para consultoria jurídica do InPACTO e parceria na formulação de conteúdos na temática de direitos humanos e empresas, com a **Mattos Filho Advogados** para revisão de pontos críticos do Estatuto e para construção conjunta da primeira edição do Fórum InPACTO, prevista para ocorrer em 2024 e, com a **Falconi**, uma empresa de consultoria especializada em gestão empresarial que nos apoiou na revisão dos planos associativos e na elaboração de estratégias para aprimorar nossos serviços internos como o monitoramento e o Índice de vulnerabilidade InPACTO (IVI).

Estamos confiantes de que essas melhorias fortalecerão nossas relações e contribuirão para o desenvolvimento de todas as associadas.

BALANÇO FINANCEIRO



EXPEDIENTE INPACTO

CONSELHEIROS

Conselho Deliberativo

Lucilene Binsfeld - Presidenta

Conselho Fiscal

Bruno Vinícius Pinto

Marilane Siffoni

Silvia Janine Servidor de Pizzol

Titulares

Ana Yara Dania Paulino Lopes

Caio Luiz Carneiro Magri

Daniel Teixeira

Juliana de Lavor Lopes

Rafael Martines da Costa

Tulio Dias Brito

Suplentes

Leana Moreno Mattei

Silvia Carvalho Nascimento e Silva

Susy Yoshimura

EQUIPE EXECUTIVA

Marina Ferro - Diretora Executiva

Eneida Sá - Coordenadora Administrativa e Financeira

Regina Lima - Coordenadora de Comunicação

Andressa Souza - Estagiária de Projetos

Cleiton Santos Reis - Estagiário Administrativo e Financeiro

Denis Oshima Roberto - Analista Administrativo e Financeiro

Danilo Torini - Consultor de Projetos

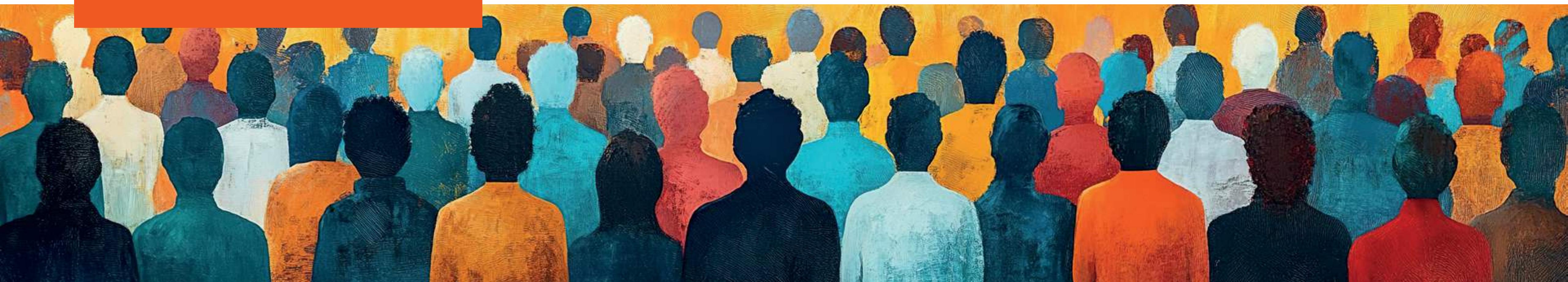
RELATÓRIO 2023

Regina Lima - Coordenadora do Relatório InPACTO 2023

Daniele Martins - Consultora de Comunicação

Júlia Magalhães - Editora

Conrado Rios (Agência MUT) - Designer





Instituto Pacto Nacional pela
Erradicação do Trabalho Escravo



📞 (11) 9 4512 8221

✉️ comunicacao@inpacto.org.br

📍 Avenida Paulista, 2.073
Conjunto Nacional Horsa 1
Sala 204, São Paulo - SP
CEP 01311-940 - Brasil

SIGA-NOS NAS REDES

📷 _inpacto

facebook InstitutoPACTO

linkedin institutopacto